



REDES SOCIAIS

Meta acusada de viciar adolescentes

No primeiro dia de julgamento, na Califórnia, promotora denuncia que gigante das redes sociais programou o Instagram e o Facebook para causar dependência. Mãe de dois jovens que cometeram suicídio falam ao **Correio**

» RODRIGO CRAVEIRO

Em 29 de janeiro de 2021, Emily Murillo, uma jovem americana de 17 anos, tirou a própria vida por não suportar o cyberbullying. Sua mãe, Erin Popolo, carregou a foto da filha no primeiro dia de julgamento da Meta, na Califórnia. Lori Schott fez o mesmo com o retrato de Annalee, que cometeu suicídio aos 18, depois do uso compulsivo do Instagram. As duas se uniram a outras mães, na esperança de que o tribunal federal de Oakland atenda à demanda de uma coalizão de estados e determine à Meta o pagamento de US\$ 200 bilhões (ou R\$ 1,04 trilhão) em multas por usar uma tecnologia desenhada para alimentar o vício entre adolescentes.

O julgamento contempla uma ação movida pelos estados da Califórnia, Colorado, Kentucky e Nova Jersey. A previsão é que ele dure seis semanas, e o veredicto seja anunciado em outubro. A procuradora-geral adjunta da Califórnia, Megan O'Neill, acusou a gigante das redes sociais, criada por Mark Zuckerberg, de deliberadamente provocar a dependência dos jovens. "O modelo de negócios da Meta pode ser resumido em quatro passos simples: fisgar os usuários, mantê-los pelo maior tempo possível, coletar seus dados e depois esconder a verdade do público", declarou ante o tribunal. "A Meta se aproveitou do funcionamento do cérebro dos menores."

Um dos advogados da Meta admitiu que a empresa sabia que usuários tinham sido prejudicados pelo Facebook e pelo Instagram, mas tentou mitigar os riscos e apri-morar a experiência. "Não resta dúvida de que a Meta reconheceu que as pessoas podem ter dificuldade com o uso das redes sociais e tentou desenvolver ferramentas para ajudá-las", declarou.

Erin Popolo, 52 anos, disse ao **Correio** ter esperança de que, ao fim do julgamento, a Meta seja condenada a pagar indenizações financeiras significativas. "Espero que isso os force a redesenhar seus produtos com medidas e padrões de segurança para crianças", afirmou. "Em última análise, esperamos que, diante de todos esses veredictos de culpa, o Congresso desperte e aprove uma legislação relevante sobre a segurança infantil."

Segundo Popolo, o desenho das plataformas da Meta estimula o vício e a comparação entre os adolescentes. "Com a rolagem constante e as notificações incessantes, os

Godofredo A. Vásquez/AFP



Da esquerda para a direita: Lori Schott, Erin Popolo e Julianna Arnold, mães de jovens mortas após o vício em redes sociais

Palavra de especialista

Possíveis desdobramentos

O valor em dinheiro é o que ganha as manchetes, mas é a parte menos importante. Você verá o número de US\$ 1,4 trilhão. Esse é um máximo teórico — o número de supostas violações multiplicado pela penalidade prevista em lei para cada uma delas —, e não uma exigência concreta. A Meta destacou esse valor para fazer com que o caso pareça desarrastado, e o procurador-geral da Califórnia afirmou que os estados não estão pedindo uma quantia específica. Para se ter uma ideia da proporção, um

júri no Novo México concedeu US\$ 375 milhões em um caso no qual o estado pleiteava mais de US\$ 2 bilhões, e a Meta obteve um lucro de cerca de US\$ 60 bilhões no ano passado. Uma penalidade de praticamente qualquer valor realista é algo que a empresa consegue absorver.

A verdadeira consequência é a ordem judicial (liminar). Os estados estão pedindo ao tribunal que determine alterações nos produtos da Meta, em âmbito nacional: restrições de idade, remoção de certos recursos de

design e — o ponto mais significativo — a exclusão dos algoritmos e modelos de IA treinados com dados coletados de crianças menores de 13 anos. Essa última medida foi imposta por órgãos reguladores americanos em acordos, mas uma determinação judicial nesse sentido, após um julgamento contestado, seria algo praticamente inédito, afetando diretamente os sistemas nos quais a Meta está construindo o seu futuro.

A terceira consequência é o

Arquivo pessoal



precedente. Mais 25 estados americanos estão na fila, juntamente com milhares de ações individuais por danos pessoais e mais de mil distritos escolares. E qualquer decisão será objeto de recurso, provavelmente por anos.

VINCENT JORALEMON, diretor do Centro de Direito e de Políticas de Ciências da Vida da Faculdade de Direito da Universidade da Califórnia, em Berkeley (EUA)



A saúde mental dela foi destruída pela espiral de algoritmos que a arrastou para um mundo sombrio do qual ela não conseguia escapar"

Lori Schott, mãe de Annalee, morta aos 18 anos



Em última análise, esperamos que, diante de todos esses veredictos de culpa, o Congresso desperte e aprove uma legislação relevante sobre a segurança infantil"

Erin Popolo, mãe de Emily Murillo, morta aos 17 anos

Joralemon explicou à reportagem que, em grande parte, os estados que entram com uma ação contra a Meta não precisam provar danos aos adolescentes. "Esses estados construíram o caso dessa maneira de forma deliberada. A questão de saber se as redes sociais causam depressão em adolescentes é objeto de verdadeiro debate entre pesquisadores. Alguns constataam efeitos substanciais; outros encontram efeitos tão reduzidos que explicam bem menos de 1% da variação no bem-estar dos adolescentes. Se os estados tivessem de vencer essa disputa científica, estariam em apuros."

Segundo Joralemon, os estados atestam que pesquisas internas da Meta apontavam problemas e que a empresa escondia isso. "Trata-se de um caso de enganação", explicou o professor. "De acordo com a lei federal de privacidade das crianças, a questão resume-se a saber se a Meta coletou dados de usuários menores de 13 anos sem consentimento dos pais. O caso baseia-se nas próprias declarações da Meta sobre o que a empresa sabia e pretendia."

DIREITO INTERNACIONAL

Trump contra o Tribunal Penal

A cruzada do governo Donald Trump contra o sistema multilateral de relações internacionais fez ontem mais uma vítima. A japonesa Tomoko Akane, presidente do Tribunal Penal Internacional (TPI), foi identificada como alvo de sanções de Washington, que acusa a instituição — da qual os Estados Unidos não fazem parte — de ser "politicizada".

"Essas pessoas se envolveram diretamente nas tentativas do TPI de investigar, prender, deter ou processar autoridades cujos governos não reconhecem a jurisdição" do tribunal, declarou, em comunicado, o secretário de Estado norte-americano, Marco Rubio. Também foram

emitidas sanções contra o magistrado senegalês Abdoulaye Seye, que atualmente substitui o promotor do TPI.

O TPI considerou que essas sanções "minam o Estado de direito" em escala global, segundo um comunicado. "Quando os atores da Justiça são ameaçados por aplicar a lei, é a ordem jurídica internacional que fica em risco", afirmou o tribunal, sediado em Haia.

Os Estados Unidos não aderiram ao Estatuto de Roma, que criou o órgão, em 2002, e não reconhecem a jurisdição dessa Corte permanente sediada em Haia, que se ocupa de casos de genocídio, crimes de guerra e crimes contra a humanidade.

"O governo Trump tem sido claro: o Tribunal Penal Internacional é um tribunal supranacional corrupto e fatalmente politizado, que abusou de forma maliciosa de sua autoridade e excedeu seu mandato. Não toleraremos esse ataque à soberania", acrescentou Rubio, no comunicado.

O governo Trump impôs sanções — como proibição de viagem aos EUA e congelamento de ativos nesse país — a vários juízes e promotores do TPI, sobretudo devido às suas investigações sobre Israel, um dos principais aliados de Washington.

O tribunal emitiu em 2024 uma ordem de prisão contra o

primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, e contra o ex-ministro da Defesa Yoav Gallant, pela guerra em Gaza, bem como contra vários membros do Hamas, todos eles assassinados.

As sanções dos Estados Unidos contra a presidente do Tribunal Penal Internacional (TPI), Tomoko Akane, e outro alto magistrado "enfraquecem o Estado de direito", considerou o tribunal, em comunicado divulgado ontem, depois que Washington impôs as medidas.

"Quando os atores da Justiça são ameaçados por aplicar a lei, é a ordem jurídica internacional que fica em risco", afirmou o tribunal, sediado em Haia.

Joaquín Sarmiento/AFP



A conta da tragédia na Colômbia

O terremoto que destruiu parte do oeste da Colômbia e matou centenas de pessoas causou um prejuízo de US\$ 9,6 bilhões, segundo estimativa preliminar apresentada pelo presidente Abelardo de la Espiella. O abalo, de magnitude 7,4 na escala Richter, derrubou milhares de construções, principalmente em cidades do Pacífico e da região cafeeira, no centro-oeste do país. O balanço oficial mais recente registrava ontem 304 mortos e 4.548 feridos. A Colômbia recebeu auxílios milionários de países, como os Estados Unidos e de órgãos como o Banco Mundial. No último fim de semana, De la Espiella pediu a Washington a suspensão temporária de tarifas comerciais, para aliviar a economia colombiana, o que reiterou hoje, em telefonema com o secretário de Estado Marco Rubio.